

Elos de progresso científico e social: contributo para a História das Mulheres cientistas em Portugal

*Isabel Lousada (iclousada@gmail.com)
CesNova - FCSH/Universidade Nova de Lisboa*

A distinção dicotómica entre ciências naturais e ciências sociais deixou de ter sentido e utilidade. Esta distinção assenta numa concepção mecanicista da matéria e da natureza a que contrapõe, com pressuposta evidência, os conceitos de ser humano, cultura e sociedade. (...)

No paradigma emergente o conhecimento é total, tem como horizonte a totalidade universal de que fala Wigner ou a totalidade indivisa de que fala Bohm. Mas sendo total, é também local. Constitui-se em redor de temas que em dado momento são adoptados por grupos sociais concretos como projectos de vida locais, sejam eles reconstituir a história de um lugar, manter um espaço verde, construir um computador adequado às necessidades locais, fazer baixar a taxa de mortalidade infantil, inventar um novo instrumento musical, erradicar uma doença, etc., etc.. A fragmentação pós-moderna não é disciplinar e sim temática. Os temas são galerias por onde os conhecimentos progridem ao encontro uns dos outros. Ao contrário do que sucede no paradigma actual, o conhecimento avança à medida que o seu objecto se amplia, ampliação que, como a da árvore, procede pela diferenciação e pelo alastramento das raízes em busca de novas e mais variadas interfaces.

Mas sendo local, o conhecimento pós-moderno é também total porque reconstitui os projectos cognitivos locais, salientando-lhes a sua exemplaridade, e por essa via transforma-os em pensamento total ilustrado.

(Boaventura de Sousa Santos, 1987:37 e 47-48)

Dada a importância de que se reveste a imprensa generalista e de cariz regional, cumpre-nos privilegiar esses títulos como espaço de conquista da participação da mulher, bem como da visibilidade das causas feminina/feminista. Recor-

rendo a alguns casos, pretendemos dar conta do papel da mulher na imprensa e como sua consequência, interpelar o lugar que o feminino aí conquista e projeta.

1. Advento

A poesia, lugar de intimidade e recolhimento, sempre fora permitida às donzelas desde que soubessem ler ou escutar... para tal não sendo necessário transpor os limites da soleira da porta ou do salão, consoante a classe de pertença. Mas foi essa possibilidade, ainda que ínvia, ao ser aproveitada, ao invés de rejeitada, a servir de móbil para acelerar a desejada transgressão, dentro do aceitável e permissível. Transgressão já outrora procurada por figuras femininas, das quais saliento, para o século XVIII, a notável Marquesa de Alorna¹. A partir de Oitocentos assistiu-se a um acesso cada vez mais generalizado à leitura que paulatinamente atingiu o universo feminino. Não estranharemos, portanto, a imersão num banho cultural mais propício à vontade de as mulheres passarem da leitura à escrita, tornando-se tradutoras seletivas e exímias autoras, pois já leitoras atentas. Subliminarmente, terá sido o desejo de ultrapassar fronteiras, até ali intransponíveis, a movê-las. E estas questões prendem-se com as do poder, como algumas autoras salientam². Do mesmo modo como o corpo feminino serviu de critério, durante séculos, para a subjugação das mulheres, funcionando como o baú onde ficaram enclausuradas, a instrução resgatou-as. Pela escrita de uma mulher, Simone de Beauvoir, dar-se-á a desconstrução deste paradigma, reconhecendo *on ne naît pas femme: on le devient*. Doravante, desencadear-se-á uma série de movimentos pró e contra, de tal modo imparável, que a edição da obra *Le Deuxième Sexe* (1949) ficou como um marco universal e fundador do movimento de libertação da mulher.

É sobejamente conhecido o alcance que a “letra de imprensa” sempre teve, diríamos mesmo desde Guttenberg. O poder da palavra escrita foi alvo de cobiça e objeto de tentação nos mais diversos palcos. Não estranhemos, pois, o facto de em 1907 as leis estarem a ser debatidas por homens que criticavam outros homens, em Portugal, num parlamento onde predominava, como ainda hoje, uma maioria masculina. Mas nesta época era-o exclusivamente. No advento da República, o diário republicano independente *Vanguarda* apresentava na primeira página o seguinte texto:

A propósito da lei contra a imprensa, falaram largamente na Câmara dos Pares, dois ex-ministros do Estado, os srs. Hintze Ribeiro e José de Alpoim. Suas excelências protestaram contra a lei apresentada pelo governo e até

com vigor. Palavra que gostámos dos seus discursos, suficientes a derrubar o projecto, se na câmara estivessem mais homens e menos subservientes.

Mas porque amamos mais a liberdade do que os discursos de suas excelências, devemos dizer que estranhámos profundamente que esses dois políticos se armassem em paladinos da liberdade - tantas vezes ofendida por eles. A imprensa foi perseguida escandalosamente, pelo sr. Alpoim nos seus tempos de ministro da justiça e nos tempos do sr. Hintze foi assaltada. Pois agora esses dois homens vão ao parlamento e atacam a lei da regeneração liberal, tão reaccionária ela é!

Enfim, não lhe queremos mal por esse facto, mas registamos o caso e... guardamos os discursos³.

A entrada da mulher com presença assídua na imprensa diária permitiu uma divulgação mais direccionada para um público-alvo, diferenciado daquele que marcava presença nas colunas de periódicos especificamente femininos. O que se entende, até pela natureza dos mesmos, pois tinham um público restrito bem identificado: eram publicações dirigidas por mulheres para serem lidas por mulheres. Neste estudo procuramos ir um pouco mais além, tentando desvendar onde estavam as mulheres no advento da República. Questões como as que em seguida se enunciam presidem a nossa proposta. Como podemos encontrá-las? O que escreviam elas? O tipo de periódico em que colaboravam teria repercussões, tanto na forma, como no conteúdo, da mensagem escrita? Que implicações essa escrita feminina tinha na estrutura social da época? O que implicou para as mulheres?

Destas indagações duas outras decorrem: onde estariam elas a escrever? Como procurar ir ao encontro de que mulheres? Certamente, tentando localizar e nomear, para identificar aquelas que “destoam” da grande maioria da população feminina, conhecidas que são as elevadas taxas de analfabetismo da época. Ir ao encontro daquelas que nem a escola de ensino primário frequentaram, como faz jus, no final de Oitocentos, entre muitas outras, a alentejana Adelaide Cabete (1867-1935), com certeza que não. Como ela, muitas mulheres por essa altura não sabiam escrever sequer o seu nome. Norteadas pela heurística, as interrogações não cessam de emergir. Que mulheres eram as que escreviam, na imprensa, para além dos nomes que são sobremaneira conhecidos? Eram mulheres letradas, nascidas no seio da alta e da média burguesias, ou que a elas ascendiam pela educação e/ou casamento. Com a pena colocavam as mãos na massa, ou seja, na escrita⁴, manuscrita como no caso do «Jornal das Creanças», em 1909, corporizado pelo trabalho de Alda Guerreiro (1878-1943) no litoral alentejano (Santiago do Cacém),

ou impressa, como no caso da coleção «Para as Crianças», dirigida por Ana de Castro Osório (1872-1935), em Setúbal, onde, a partir de 1897 se publicaram os primeiros livros infantis.

É nesta rota, a que chamamos “rota das letras”, que encontramos as faces femininas que indagamos, quer seja ensinando, quer ainda “fabricando” textos. Carece de atenção particular a tónica colocada nas crianças. A imagem veiculada, como as próprias ilustrações tantas vezes vinculam nos textos editados pelas organizações femininas/feministas, invariavelmente, e não por acaso, imortaliza, em simultâneo, a mulher e a criança⁵. E é justamente nessa associação, sobejando de vida, que se constrói, em pleno advento da República, a plataforma de união feminina. Católicas, monárquicas, republicanas, anarquistas, libertárias, liberais ou conservadoras, as mulheres estão em uníssono, quiçá, pela primeira e única vez na história do feminismo em Portugal. É assim que as encontramos congregadas, por aqueles anos, em torno desse ideal. Com elas têm marcado encontro as fundadoras dos estudos das mulheres em Portugal, e prestamos aqui a nossa homenagem a Ivone Leal, autora de uma obra pioneira (Leal 9-18.) com tal força, que foi capaz de despoletar investigações ímpares como a de Ana Costa Lopes (Lopes, *Imagens da Mulher na imprensa feminina de oitocentos. Percursos de modernidade*), até hoje também inultrapassável. Mas se foi importante fixarmo-nos na imprensa feminina e feminista, chegou o momento de alargar-mos os horizontes da nossa indagação.

Na “rota das letras” sabemos que o primeiro periódico feminino foi *O Correio das Modas*, criado em Lisboa em 1807, como nos deu a conhecer Ivone Leal⁶ (Leal 14). Cerca de três décadas depois, *O Correio das Damas: Jornal literário e de modas*, fundado em 1836, como se pode ler no editorial, reclamava pretender colmatar a inexistência de um periódico feminino. Dispomos ainda de informação respeitante ao primeiro jornal fundado e dirigido por uma mulher, a *Assembleia Literária*, registando a esse respeito Ivone Leal: “Daí por diante nunca mais deixamos de encontrar nomes femininos a subscrever artigos ou mesmo no cabeçalho das publicações” (Leal 10). Em 1849, Antónia Gertrudes Pusich fundou a *Assembleia Literária. Jornal d’Instrução*⁷ não podendo deixar de se realçar a ligação da mulher à causa da educação. Aspeto este notado por Zília Osório de Castro como “verdadeiramente inovador”, aliando “ilustração e liberdade intelectual” na defesa da mulher pela sua “dignidade numa sociedade masculinizada que lha negava” (Castro 2009:42).

É conhecida a primeira obra de autoria feminina, *Espelho de Cristina*⁸ - escrita no século XV por Cristina de Pisan (1364-1431) e publicada em Lisboa no ano de

1518 -, como nos dá conta o exaustivo trabalho de levantamento bibliográfico realizado por Regina Tavares da Silva⁹, outra inegável pioneira dos estudos sobre as mulheres em Portugal. Elina Guimarães¹⁰, notável entre as notáveis, não esquece a *Carta apologética em favor e defesa das mulheres*, publicada por Gertrudes Margarida de Jesus entre nós em 1761. Por seu turno, queremos lembrar Maria Antónia Fiadeiro, uma das primeiras jornalistas portuguesas a catapultar os estudos sobre as mulheres para as páginas da imprensa generalista contemporânea¹¹. Todavia, continuam ainda por decifrar questões, tais como: quem foi a primeira mulher a publicar um texto na imprensa, *tout court*? Qual foi o primeiro texto assinado por uma mulher a ocupar espaço num jornal generalista ou regional?

Em nosso entender, esta opção pela imprensa generalista e de cariz regional deve ser tomada como mais um recurso a uma fonte privilegiada de encontro com as mulheres. O estudo destas fontes permitirá, estamos em crer, desfazer o enigma, tantas vezes dissimulado por ideias estereotipadas, do modo de estar no mundo de *tudo um grupo biosocial*¹². As suas reivindicações e expectativas aí se manifestam, alinhando com os homens que lhes dão honras de primeira página e com quem querem ombrear. Como a historiografia da República permite notar é importante remontar ao tempo que antecede a sua implantação, dado tratar-se de um período em que se congregam em torno de um ideal diferentes forças, como se da paleta dum pintor nascesse projetado na tela um colorido de intensidade tal, somente alcançado pela destrição das múltiplas matizes estruturantes. Também as diferentes sensibilidades femininas concorrem para uma plataforma de união, abarcando a “ideia nova”¹³ de construir um novo amanhã.

2. Abraçando a *ideia nova* e fazendo notícia

Vamos, assim, encontrá-las num desdobramento contínuo procurando incessantemente ganhar terreno e afirmação. Qualquer destas mulheres, que se expressam nas colunas dos periódicos, estava imbuída de formação liberal de raiz iluminista, revelando o seu humanismo nos valores que propunham, antepondo-os aos de outrora que as ostracizara. Todas denotam uma consciência cívica carregada de sentido pela coisa pública, responsabilizando-se pelo erigir de uma nova sociedade donde se metamorfoseiam, exibindo as mais variadas faces de uma Eva¹⁴ eclética, letrada e culta. Movidas pelo ideal do bem comum, prenhe de significações – deixando-se alcançar pela força da corrente transformadora, corporizada na imagem que durante a República delas se faz –, rompem os grilhões que as acorrentaram à escravatura.

A dignidade social que as mulheres alcançam, após séculos de submissão, projeta-as num devir do qual são agora participantes. Esta premente dinâmica leva-as a verem no associativismo, a força e assim abraçam organizações como “La Paix et le Désarmement par les Femmes” (1906)¹⁵, o Grupo Português de Estudos Feministas (1907), a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1908), a Associação de Propaganda Feminista (1911), o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914), a Comissão Feminina “Pela Pátria” (1914) e a Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916). Desse associativismo nasce a certeza e a necessidade de levar mais longe a mensagem em que acreditam. Fundam publicações periódicas específicas que são, a um só tempo, aliadas e instrumento da sua ação militante. Editam, entre outras, *A Mulher e a Criança* (1909-1911), *A Madrugada* (1911-1918), *Boletim do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* (1914-1917), a que se segue *Alma Feminina* (1917-1946), e por último *A Mulher* (1946-1947), *A Semeadora* (1915-1918) e *Boletim Mensal da Cruzada das Mulheres Portuguesas*. São títulos que, pelo seu enquadramento e conteúdo, sem deixar de ignorar o aspeto formal, se demarcam das antecessoras publicações femininas, tais como, *A Assembleia Literária* (1840-1850), *Almanaque das Damas para o ano de 1856* (Lisboa, 1855), *Voz Feminina* (1868-1869), *Alma Feminina* (1907-1908) *Almanaque das Senhoras* (1871-1928). Nelas reside a génese de outras tantas que lhes sucederiam para além da República, como *Portugal Feminino* (1930-1937) e *Modas e Bordados. Vida Feminina* (1912-1975). Separatas dos artigos das revistas e panfletos, alguns dos quais distribuídos gratuitamente, concorriam para que a disseminação da mensagem proclamada pelas escritoras, redatoras e/ou militantes se propagasse, como era seu desejo. São disso mesmo casos emblemáticos as separatas publicadas pela *Alma Feminina* com as teses apresentadas ao I e II Congresso Feminista e de Educação ou os do folheto “A propósito”, assinado por Maria Veleda, e que havia sido editado em *A Vanguarda* logo a seguir ao regicídio.

Uma análise sistemática e objetiva no sentido de identificar a presença feminina no “espaço do município” impõe-se, uma vez que os municípios têm uma importância fulcral, denunciando e evidenciando a desejada descentralização de cariz republicano. Espelhando este desiderato, assistimos ao surgir de núcleos regionais afetos aos grupos em que militavam, e que haviam sido fundados na capital. A expressão “sócia correspondente” dá conta da visibilidade regional, mais ou menos significativa, destes núcleos. Este percurso que temos vindo a trilhar, procurando ir ao encontro das mulheres, permite descodificar a razão de muitos dos textos assinados por grandes vultos femininos da época se encontrarem dispersos por periódicos de diferentes regiões e aparentemente sem grande liga-

ção. Apesar de assistirmos, paralelamente, a uma movimentação no sentido do meio rural para as grandes urbes. Desta circunstância advém o “regresso à terra” em momentos particulares. Morte de familiares, uniões e ocasiões de festividades comunitárias. De todo o modo, os laços afetivos procuravam manter-se pelo contacto, mais próximo ou mais longínquo, consoante as razões que teriam determinado o afastamento do lugar/concelho de onde saíram. A correspondência, em muitos casos, tornava menos duro o afastamento, mas a assinatura do jornal regional era seguramente uma prática comum entre aqueles/aquelas que viviam longe. Do mesmo modo que as epístolas permitiam, pela sua natureza, manter mais perto os que estavam mais afastados, assim também a leitura das notícias dos periódicos locais tornava presente à memória os que se haviam afastado e, em muitos casos, atenuavam a saudade.

Daí que a exigência em fixar o retrato fiel e próximo da presença feminina na imprensa não se possa confinar a este ângulo, ainda que o deva contemplar. É necessário identificar o local de nascimento, ou de residência, de algumas das feministas de proa na primeira vaga. Invariavelmente, elas têm proveniências tão diversas, quase permitindo traçar o quadro das regiões em Portugal, se o mapeássemos. As mulheres que mais se destacaram ao longo da 1.^a República são sobejamente conhecidas. Ainda assim, para ilustrar este caso bastará nomear Adelaide Cabete, Ana de Castro Osório, Carolina Beatriz Ângelo e Maria Velede. Todas elas nascidas fora de Lisboa. Adelaide Cabete em Elvas, Alentejo, Ana de Castro Osório em Mangualde, Viseu, Carolina Beatriz Ângelo na Guarda e Maria Velede em Faro, Algarve. Poder-se-ia continuar a mencionar outras não menos notáveis, mas o sentido seria invariavelmente o mesmo. Beatriz Pinheiro nascida em Viseu, Alice Moderno residente em S. Miguel, Açores, e assim sucessivamente. Ou seja, a naturalidade das mulheres envolvidas no movimento em defesa da condição feminina, aponta para diversas regiões, sendo Maria O'Neill uma das poucas nascida e residente em Lisboa. Que leitura nos permitem estes dados fazer? Desde logo a seguinte: não é possível associar a ação das feministas exclusivamente às grandes cidades - Lisboa, Porto e Coimbra.

Lembrar a iniciação maçónica destas mulheres conduz-nos a outros factos, remetendo-nos para 1906. Associado ao espírito da Obediência está a difusão do Ideal subscrito, fundando assim Lojas ou, em caso de não ser possível fazê-lo, começando por criar Triângulos que se afiguravam como a alternativa viável para assegurar a disseminação da maçonaria pelo país. Fazer germinar pequenos núcleos, fora das grandes localidades, era a alternativa para a iniciação maçónica de muitas mulheres. Não é possível traçar a “preponderância do feminino” sem

auscultar as regiões a que estão ligadas, especificamente os periódicos dessas mesmas localidades, a que se prendem, por nascimento ou por residência. Note-se, a título de exemplo, a identificação imediata que é feita de Beatriz Pinheiro a Viseu, ou da escritora e feminista Ana de Castro Osório à cidade de Setúbal. A obra de qualquer delas sobressai no panorama do periodismo português. E, se já em 1808, *A Borboleta* se afirmava como o “Hebdomadario de literatura dedicado às damas bracarenses” e em 1885 o *Bouquet litterario* era “offerecido às senhoras portuenses”, colaborando neste último Maria Amália Vaz de Carvalho, Alice Moderno e Albertina Paraíso, o século XX permitirá ver surgir uma multiplicidade de jornais locais dando, conseqüentemente, maior projeção às escritoras, suas causas, gostos e interesses.

A participação feminina na imprensa não deixa descurar outras ações determinantes para a afirmação das mulheres no espaço público. Assim, vamos encontrá-las enquanto congressistas, usando a palavra, discursando e registrando posições que defendem. O envolvimento nas edilidades é, como procuraremos mostrar, encarado como premente pelas mulheres, recorrendo elas também ao seu efeito potenciador e exponencial de verdadeiro megafone, visando alcançar um maior número de adeptas (os) para as suas propostas fazendo-se ouvir. Expressão tanto mais adequada quanto é proferida por Ana de Castro Osório, no texto “Avante pelo Feminismo” no ano em que é proclamada a República:

A conquista dos nossos direitos há-de ser a conquista dia a dia realizada, à custa da nossa propaganda, à força de justiça nas nossas reclamações, de energia, de persistência, até de desesperos e de lágrimas de revolta. Dizerem-nos que em Portugal não existe feminismo, nem a questão feminista ainda consegue interessar a maioria, quer apenas dizer que é necessário renovar a nossa propaganda, não esmorecer, não afrouxar, nem descansar um instante. **Não nos ouviram ainda?**

Pois bem, falaremos mais alto, arranjem quem secunde a nossa propaganda, seremos para o futuro, não uma nem duas **com a pena na mão**, mas centenas de irmãs caminhando no mesmo sentido, com os olhos fitos no mesmo ideal de igualdade e de justiça.¹⁶

Por outro lado, cinco anos depois, em 1915, o congresso municipalista de Évora¹⁷ recebeu Ana de Castro Osório como delegada da Câmara Municipal de Cuba, tendo na qualidade de oradora e edil apresentado a tese “A mulher na agricultura, nas indústrias regionais e na administração municipal”¹⁸. Aí faz um recenseamento bas-

tante contextualizado, documentando *pari passuo* envolvimento determinante das mulheres na transformação da economia agrária, associando-as à criação de indústrias familiares, de acordo com as potencialidades das suas regiões. Neste texto revê-se ainda na importância atribuída ao ensino agrícola feminino, afirmando:

O assunto é tão urgente, que nos últimos congressos agrícolas se têm sempre formulado votos no sentido de dar à mulher, pela instrução, o verdadeiro lugar que lhe compete na agricultura e indústrias agrícolas. Foi após o Congresso Internacional Feminino realizado em Londres em 1899, que se formou a «União Internacional Feminina Agrícola e Hortícola» [...]. Esta liga tem por fim reunir todas as mulheres dos países que se interessam pela agricultura, para que se auxiliem e vulgarizem os melhores métodos. (Castro 1915:27)

Aliás, estes princípios parecem ter sido partilhados, e admitamos em *fora* mais arejados, noutros pontos em que a interioridade não tolhera mulheres como aquelas que Maria Isabel Correia Manso corporiza. Manso, ao apresentar perante o I Congresso Nacional Feminista e de Educação, a tese intitulada “A mulher na administração dos municípios”¹⁹, torna-se emblemática pelas conclusões tecidas: “1.^a A intervenção da mulher nos negócios municipais é moral e útil, dela advirá uma melhor aplicação dos rendimentos camarários. 2.^a A mulher edil, por natureza e por sentimento, melhor compreende a necessidade de organizar no seu concelho uma obra de solidariedade e de assistência social” (Manso 4). Fazendo uma abordagem de tipo sociológico apresenta os argumentos em que funda as suas teses:

A mulher de hoje já não pode ser a de há cinquenta anos, embiocada em casa a rezar e a auferir o que o homem lhe ganha...O homem do campo não se julga deprimido por consultar a sua companheira em todos os seus negócios e nunca decide sem o seu conselho; não seria pois de estranhar que no governo — tão importante para os povos — das duas municipalidades, a mulher seja chamada a auxiliar com o seu bom senso e inteligência, o homem sempre cada vez mais sobrecarregado de múltiplos trabalhos (Manso 2)

Destas premissas permite-se tecer a seguinte conclusão: “Enquanto as mulheres não colaborarem com os homens na gerência dos municípios, hão-de sempre dar-se os contra sentidos que abundam por esse país” (Manso 3).

Não obstante, Maria Isabel manifestara já antes, em *A Semeadora*²⁰, órgão da Associação de Propaganda Feminista, desta feita assinando com o apelido, Correia, o seu interesse pela modernização das zonas rurais, advogando pela industrialização da agricultura, nomeadamente a oleícola. Aplicando o saber académico a tal projeto, em seu entender, os agrónomos tornar-se-iam apóstolos da mudança. Aliás, na mesma página, anunciava-se a composição do grupo dirigente e administrativo da “Empresa de Propaganda Feminista” constando o seu nome como vogal. Mais um signo dessa evidente estratégia de propaganda feminista, conjugando a criação de um periódico para a disseminação da sua mensagem, com uma empresa destinada a incrementar edições dessa natureza. Ao fazê-lo, as suas responsáveis não descaram a importância, assinalável para os tempos que decorriam, de elegerem para lugares de decisão, em particular, para os corpos sociais dos organismos satélites, aquelas que comungavam dos mesmos ideais. Não deixa de ser curioso notar o facto da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, ativa desde 1909, estar a chegar ao fim da sua existência; de em 1914 ter sido criado o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e, sobretudo, na esteira da entrada de Portugal na Grande Guerra (1914-18), ter surgido, no mesmo ano, em março de 1916, a Cruzada das Mulheres Portuguesas. Um estudo fundamentado que leve em conta estes aspetos que acabamos de lembrar poderá contribuir para a compreensão desejável da participação feminina no período da guerra a ser empreendido, senão antes, pelo menos em tempo de comemoração do centenário da entrada de Portugal na Grande Guerra, que se aproxima.

A finalizar, notemos Ana de Castro Osório, na qualidade de jornalista pioneira, e os quadros da condição social das mulheres por si feitos a serem amplamente divulgados na imprensa²¹. Dotada de uma escrita simultaneamente arguta e bela, Ana de Castro Osório abriu caminho às jovens que lhe sucederam, que como ela se iniciaram nas lides jornalísticas e vocacionadas para tal, a elegeram como profissão. *Ab initio* designadas por publicistas, foram fazendo o caminho como jornalistas e mesmo repórteres em Portugal e no estrangeiro.

2.1. Estratégias de sobrevivência ou de afirmação?

Procurar responder à questão “como se encontram as primeiras mulheres a afirmar-se na imprensa” oferece, a par de outras, uma dificuldade ligada ao recurso empregue por muitas destas publicistas e, nalguns casos, escritoras a pseudónimos. Salvaguardando as devidas distâncias, assim como Publía Hortensia de Castro (1548-1597) se travestiu para aceder a espaços que lhe estavam vedados

ou seriam merecedores de censura, ao assinarem os seus textos jornalísticos também muitas mulheres utilizaram estratégias de dissimulação de identidade, nalguns casos recorrendo a nomes masculinos. A título de exemplo registre-se Sara Beirão (1884-1974), que assina Álvaro de Vasconcelos no periódico *Tabuense*, fundado por seu pai. Este é um dos estratagemas das mulheres para passarem despercebidas, ou para verem ser reconhecido o seu valor numa atmosfera marcada pela misoginia.

Porém, outras há que elegem o recurso a pseudónimos femininos e/ou a anagramas. Porventura como estratégia para afastar de si mesmas, como seria plausível vir a acontecer, a crítica mordaz e mesquinha ou a caricatura, proveniente de meios adversos à afirmação do feminino no espaço público. Lembremos Alice Pestana (1860-1929), que assina por vezes com os pseudónimos Célia Elevani, em *O Espectro da Granja*, Sil, ou com o anagrama Caïel e, ainda, conjugando um pseudónimo e o anagrama, Eduardo Caïel; Albertina Paraíso recorre ao nome Ignota, no *Jornal das Senhoras*, e a Miss Eden, em *O Dia*; Carolina Homem Cristo, ao colaborar no *Jornal das Senhoras* elege o pseudónimo Alfassinha e recorre em alguns dos escritos ao anagrama Alcine; Maria Clara Correia Alves assina, por vezes, como Isabel de Malta, na *Alma Feminina* - boletim do CNMP, entre muitas outras que ficaram, até hoje, incógnitas.

É possível dar conta da presença sistemática por parte de um grupo de mulheres em periódicos generalistas de grande impacto, na maioria dos casos ligados ao Partido Republicano Português. Assim, *O Mundo*, *A República*, *Vanguarda*, *O Rebate* e *O Comércio do Porto* dão início a secções entregues à responsabilidade de mulheres, nomeadamente, pela ordem indicada “O Jornal da Mulher”, “Por Alto” e “Tribuna Feminina”²², “Galeria Feminina”²³, “Mulher. Evocação Diária”²⁴ e “Mulheres e crianças”.²⁵

Quem teria sido a primeira mulher a assinar um texto num jornal português, é uma questão pertinente, continuando até hoje sem resposta objetiva. Os nossos olhos não foram treinados nem orientados para percecionar essa realidade. Ainda que num passado mais recuado, episodicamente, as nossas primeiras publicistas tivessem entrado e marcado presença, sendo caixa de periódicos nacionais, contudo não foram sinalizadas aí enquanto autoras. Embora tenham sido ocasionalmente notadas nos primeiros anos de Novecentos, as escritoras ou líderes de movimentos feministas, sobretudo fazendo manchete de primeira página em momentos assinaláveis como, por exemplo, no dia 28 de maio de 1911, altura em que a voz feminina foi amplificada, devido ao impacto do voto de Carolina Beatriz Ângelo, sistematicamente, porém, não o sabemos datar.

Dum recurso à sobrevivência dá conta Luís Costa Dias, salientando a observação feita pelo notável crítico coevo, Fialho de Almeida, a propósito da escritora Guiomar Torresão “que, para lá de qualquer questão de «estilo pessoal, inconfundível» na criação literária, viveu «subalternizada às flutuações de gosto da gente grosseira, principal clientela dos jornalinhos, dos almanaques e pequenos livros de narrativa e impressão, que ela, para viver, incessantemente produzia (Dias 2010:248).

A emergência de um novo papel feminino na sociedade portuguesa obrigava a um repensar. A título de exemplo registre-se a entrada da mulher em novas profissões ou a alteração do quadro das suas condições de trabalho. Um periódico lisboeta lembra-o bem quando o articulista regista a legenda da foto “já não têm medo dos janotas” (Barreto, 77). Verdadeiro testemunho sociológico, retratava a imagem de uma aprendiz de costureira, bem protegida pela sua mãe a caminho do ateliê, em 1912, pois à época trabalhavam de sol a sol, 12 horas de trabalho com uma hora de almoço. Até as costureiras, mão de obra feminina para a alta-costura, estavam a deixar de trabalhar em casa e começavam a fixar-se em ateliês. Uma simples alteração carregada de tantas outras implicações²⁶. Quando o civismo era ignorado, exigia-se às jovens que se movimentassem pelas ruas acompanhadas, para poder trabalhar, saindo da esfera da domesticidade. Se os jornais dão registo deste facto, notando novos sinais de uma sociedade em mutação, não apontam qualquer paliativo ou remédio. A alternativa era, para aquelas que não pudessem ser “escoltadas”, aventurarem-se a tornar-se presas fáceis da dominação masculina, o que acontecia frequentemente às jovens trabalhadoras oriundas das classes mais desfavorecidas²⁷. A importância dada a determinados assuntos de modo a ocuparem as principais páginas da imprensa periódica portuguesa acompanha, se bem que lentamente, a alteração de alguns quadros sociais da época. De onde as novas profissões agora ocupadas por mulheres são notícia que podem fazer manchete. Aí se incluem as telefonistas, as empregadas de balcão, as datilógrafas, para só nomear algumas a par das operárias fabris.

Como oportunamente notámos, Portugal, no advento da República, marca uma viragem no sentido da apropriação da escrita pelo universo feminino, de modo inequívoco. Pretendemos desta feita evidenciar esse facto, enquanto estratégia de afirmação feminina. O combate aos estereótipos faz-se notar de modo particularmente evidente na imprensa, com ênfase no respeitante aos quadros satirizando a relação feminino - masculino e dela derivando quase invariavelmente a dicotomia feminino – feminismo.

Apesar do acentuado recrudescimento da imprensa durante o século XIX, era comum ver em lugares públicos afixada a primeira folha de alguns periódicos,

com o intuito de a fazer chegar a um maior número de interessados. Face às so-
bejamente aludidas taxas de analfabetismo que grassavam a população, atengin-
do valores mais elevados no espaço rural nomeadamente nas mulheres²⁸, o re-
curso à imagem, no caso vertente à ilustração e à caricatura, prestou-se à
instrumentalização com fins propagandistas. No café ou na taberna, locais de
sociabilidade dos homens, a sua leitura não deixava de ser quase tabu para as
mulheres. Donde, a perpetuação de estereótipos desde há longa data vigentes se
continuar a manifestar, quer pela abusiva exposição das futilidades do feminino,
“mulher/objeto”, exacerbando-os, quer caricaturando os novos paradigmas de
“mulher moderna”, retratando-a, amiúde, como “mulher/homem”.

Tal facto deixa clara a intenção de criar adeptos nos pares a quem se dirigiam.
Textos machistas capazes de serem reproduzidos em chavões que se transmiti-
am, à laia de graçola, depois também oralmente. Ora, deve assinalar-se que no
advento da República havia já uma intencionalidade em projetar e conceder uma
nova dimensão àquela que seria a expetável “Mulher Nova” para o desejado “Ho-
mem Novo”. Essa imagem de mulher surge, em nosso entender, associada a publi-
cações de cariz vincadamente político e progressista de modo a contrariar e com-
bater a exclusão a que a sociedade retrógrada a votara e que os antifeminismos
misóginos também souberam explorar. O ideal humanista alimentava grupos so-
ciais e políticos distintos capazes de encontrar nesta nova configuração de mu-
lher um denominador capaz de os unir. E é justamente nesse sentido que vemos
surgir, então, um paradigma de mulher gerador de múltiplas facetas do feminino
e que vai dar origem ao delinear de perfis com uma intenção modeladora, veicu-
lada pela imprensa. Estes perfis, por sua vez, seriam capazes de promover as boas
práticas tidas como desejáveis à harmonia familiar. Não será de excluir a ideia
subjacente e matricial de que a primeira célula social era a família. Assim o mos-
tram as palavras do ministro Carneiro de Moura:

A mulher é na evolução da humanidade um elemento paralelo que concorre
com o homem para a finalidade social humana. Socialmente representa um
elemento estático e dinâmico indispensável nas sociedades organizadas.
Economicamente é um agente de produção como o homem, salvo a
especificação de funções segundo a lei da divisibilidade do trabalho.
Moralmente a mulher é pelos processos de educação que pode e deve prati-
car, como esposa e como mãe, pela sua sensibilidade duma grande recep-
tibilidade. Não será de excluir a ideia subjacente e matricial de que a primeira
célula social era a família hereditária, o melhor agente da moral habitual²⁹.

Estas palavras eram também partilhadas por Adelaide Cabete, reconhecendo na educação das mulheres uma mais-valia para a harmonia do casal e para o bem-estar dos filhos, o que consagrou no seu texto “Instrua-se a mulher”³⁰, imbuído de um espírito antijesuítico.

Cabe aqui assinalar a convicção de estar subjacente à apologia de pares ligados pelo afeto, companheirismo, afinidades, embora descrentes na instituição de um sacramento como a Igreja Católica advogava, uma intencionalidade que radicava na filosofia do livre pensamento e na defesa do casamento civil, baluarte da Associação do Registo Civil³¹. Organismo este, para-maçónico, criado precisamente no advento da República, como arauto para a dessacralização da vida temporal. Assim, a leitura mais imediata que poderemos fazer destes factos leva-nos a reconhecer que o estimular dessa prática assentava numa apologia da secularização da vida. A emergência de perfis femininos modelares, que atrás referíramos, acompanha a dos casais/pares capazes de corporizar um modelo alternativo de ligações afetivas duradouras e estáveis³².

Entendemos esta forma de publicitar os perfis, quer de mulheres quer de casais, como correspondendo a uma estratégia deliberada de reconhecimento de modelos alternativos emergentes a serem abraçados pelos (as) opositores(as) da condenável estagnação vigente e defensores(as) do desejável progresso social. Esta assunção permite validar vivências, até aí tidas como marginais. Aliás, da leitura dos estatutos da Associação do Livre-Pensamento decorre a recomendação aos seus membros do dever de colocar em prática os princípios a que se vinculavam e, por conseguinte, afastarem-se das práticas ligadas a credos. Nesse sentido, corresponderá também a uma estratégia no âmago do movimento republicano, assumidamente anticlerical, a dignificação e o credibilizar as mulheres de estatuto inferior, que há muito havia sido forçada a procurar trabalho fora de casa e, não raras vezes, assumindo tarefas, lado a lado com os homens. Registe-se o costume generalizado entre a classe operária e nos meios rurais, de se “amancebarem”. A própria expressão utilizada para designar os que se juntavam sem se casarem comporta um sentido pejorativo, até hoje reconhecível. Distinguir pois, a mulher operária, a mulher trabalhadora, da prostituta, ou não permitir essa imediata e perversa associação, tantas vezes estabelecida, foi campo de batalha fértil, tendo granjeado para as hostes republicanas inúmeras (os) apoiantes, para além de ter, naturalmente feito justiça. As mulheres que se viram retratadas na sua dignidade laboral, aos mais diversos níveis, sentiram reforçada a sua pretensão de alcançar outro patamar de (re) qualificação. Também, neste

sentido, foi o republicanismo a alavanca de modo a captar e viabilizar mudança de mentalidades: a mulher trabalhadora capaz de ser mãe extremosa e dedicada. Assim também acontece ao promover aos olhos do público, leia-se leitor, casais unidos na militância, pares de causas comuns.

As mulheres mais preparadas compreendem a necessidade de “ocupar” espaço na imprensa diária, e não só nos órgãos das organizações em que começam a movimentar-se. É legítimo acreditar que 1907 assinala um marco determinante para um grupo significativo destas mulheres, mais capacitadas. Para o ilustrar, basta citar as palavras introdutórias apresentadas pelo “Grupo Português de Estudos Feministas”, ao editar o seu primeiro trabalho:

Ao agruparmo-nos para levar a cabo a imprensa altamente civilizadora de criar entre nós uma literatura feminista e social, especialmente destinada a orientar a mulher, mostramos o desejo de contribuir com o nosso trabalho colectivo para o ressurgimento de uma Pátria, para a vitalização de um Povo, que bem perto está do seu fim, se não sacudir o torpor em que se deixou cair e em que permanece, amarrado de pés e mãos, louco e aflito na sua vaga inconsciência como tão magistralmente o pintou Guerra Junqueira na Pátria. (Osório 1908:5).

A conferência dada por Ana de Castro Osório “A educação cívica da mulher”, publicada em 1908, proferida na sequência do convite feito por Maria Carolina Crispim³³, no ano anterior, enquadrando-a nos cursos noturnos para as mulheres analfabetas, por si orientados no Centro Escolar Afonso Costa. Note-se que é nesse ano que Ana de Castro Osório, Maria Veleza, Adelaide Cabete, Carolina Beatriz Ângelo, para só enumerar as mais conhecidas, são iniciadas na maçonaria. Doravante, qualquer uma delas assumirá papel de relevo na imprensa. Mas não pode subtrair-se à História a ideia de que só então as mulheres marcam uma presença assídua no periodismo, considerando o panorama nacional, pois já em 1900, *A Crónica*: revista ilustrada e literária contava com as contribuições de escritoras como Alice Moderno, Alice Pestana (Caiel), Beatriz Pinheiro, Albertina Paraíso, Ana de Castro Osório e Angelina Vidal.

As páginas dos jornais deram-lhes visibilidade, fixando o olhar que sobre elas recaía, tal como as viam nomes sonantes das letras e cultura portuguesas, tantas vezes assumindo uma dupla valência, ao apreciar pares destacados como foram Carlos Lemos e Beatriz Pinheiro, diretores da revista *Ave Azul*, como enaltece J. Agostinho de Oliveira:

E não querem que eu seja optimista sobre o futuro de Portugal se vejo já alguns assim enlaces deslumbrantes, astros com astros numa obra de luz infinita, prometendo só astros no bojo de tantos escarcéus: Em Viseu, D. Beatriz Pinheiro e Carlos de Lemos, como ontem Gonçalves e D. Maria Amália, como em Setúbal D. Ana de Castro Osório e Paulino de Oliveira? Ah! Por força que tem futuro o nosso delicioso país, se os espíritos se conubiam atraídos por Ideal único!³⁴

As mulheres, observadas e apreciadas por eles, são ainda por eles mesmos biografadas. A imagem dada surge, então, de modo a que os contornos que as delineiam formem perfis. Padronizados, esses serão capazes de encaixar em múltiplas mulheres, hipotéticas leitoras, capazes de atrair, enquanto modelo a seguir, muitas outras. A título de exemplo refira-se *A Crónica*, na qual foram publicados retratos femininos como os de Angelina Vidal, por Fernando Alves, ou de Ana de Castro Osório, apresentada como diretora da *Revista para as Crianças*, por Cândido Figueiredo, que lhe dirige uma apreciação singular: “D. Ana de Castro Osório pensa como escreve e escreve como quem fala a crianças, como quem se dirige a cérebros que ainda não despertaram. Essa linguagem é uma virtude e é uma ciência: poucos a possuem e raros a praticam”³⁵. Assumindo essa dupla função doravante encontrá-las-emos como observadoras e relatoras dando conta das suas opiniões pela seleção de temas, assuntos e colorindo-os de diferentes matizes, desta feita na primeira pessoa. Salto fundamental permitindo às mulheres deixar a estatura de menoridade para passar à maioridade, pela autoria³⁶.

Embora, a história da literatura no feminino esteja ainda por fazer, desde sempre se distinguiram algumas mulheres, com particular ênfase no período decorrente do liberalismo em Portugal, como atrás aludimos. Fatores muito diversos para tal terão contribuído, mas a origem e enquadramento sociais de tais figuras foram de feição a ponto de as considerarmos sempre mulheres muito à frente do seu tempo. Se a demanda pela instrução convocava todos os liberais e suas pares, somente esta causa não bastaria para encontrar a rota de união entre a palavra dita e escrita. Será, pois, daquela aliança, projetada no devir da República – possivelmente nas *imaterialidades do sonho de Res publica* –, que nasce a janela de oportunidades para a mulher se fazer ouvir, seja no púlpito, no palanque, no centro republicano ou nas organizações cívicas.

Doravante prima, por essencial, capacitar as mulheres para a transmissão da palavra em público. Assistimos, assim, no advento da República à chamada das mulheres para propagandear essa ideia nova abraçada. Neste âmbito, é Ana

de Castro Osório, na conferência feita no Centro Republicano Dr. Afonso Costa, *A Educação Cívica da Mulher* quem afirma, em 1908:

Tenho por costume nunca falar em público nem fazer conferências que não sejam escritas, isto por um motivo que poderão chamar vaidoso e é apenas a prova de quanto conscienciosamente me dedico à propaganda das ideias que me impulsionam. A acção da palavra falada sobre o espírito humano é passageira e sujeita a deturpações lamentáveis. Por mais brilhante que seja um discurso, por mais arrebatadora que se eleve a voz eloquente que o expressa, a sua acção, embora comovedora, não é demorada. (Osório 1908:5).

De onde compreendemos que o acesso das mulheres à instrução constituísse o degrau mais elementar para permitir que da palavra dita pudessem elas passar à palavra escrita. Paradoxo? Não. Antes conciliação visando a eficácia e efeito multiplicador da palavra. Nesta fase, ainda preambular do acesso do feminino ao domínio público, merece especial atenção o facto de as mulheres se prepararem criteriosamente, para serem oradoras, discursando, escrevendo e publicando, na conquista a pulso de um espaço vital, à estratégia de sobrevivência e de afirmação, para o qual não haviam sido preparadas. Conscientes da suma importância do papel que lhes cabia, a esse título vão integrar na imprensa republicana de então os seus discursos, atos, petições, em síntese, a agenda da sua atividade propagandista.

A caducidade do discurso oral vê-se superada pela fixação dos caracteres na imprensa. Aliás, é a perenidade destes mesmos testemunhos que nos permite precisar os factos para construir a História das Mulheres em Portugal, neste período. Abdicar de uma análise sistemática e de fundo, ao longo das inúmeras páginas impressas na imprensa diária, regional e generalista, abdicar de perscrutar os documentos nela inscritos, representa amputar despudoradamente a História, e em particular a História das Mulheres³⁷. A Imprensa, amplificador da voz feminina, foi semente em terra fecunda e espelha a luta empenhada e sacrificada de tantas mulheres cujas causas mitigadas foram invariavelmente varridas da historiografia oficial. Resgatar documentos e figuras desse anonimato é tarefa hercúlea, mas obra exequível para um grupo empenhado no desvendar de factos, saber e conhecimento, convicto em trazer luz, à luz que ainda jaz em sombras pela névoa do desconhecimento nas fontes respeitantes ao lado feminino da história da imprensa em Portugal!

3. Imaterialidades do sonho de *Res publica*

A conquista de espaço em rubricas assinadas por notáveis mulheres que se haviam distinguido nas Letras, Artes ou Ciências foi a incondicional batalha ganha: a saída da esfera doméstica para a esfera pública. A letra de imprensa clamando para a causa feminina/feminista capaz de ganhar terreno aos antifeminismos, pois a guerra pela emancipação feminina pugnava pela justiça social, a favor da instrução, da capacitação, na luta aberta ao “esclavagismo sexista”. Talvez mesmo por essa razão, os opositores do movimento de emancipação feminina se apressassem a dar notícias, no quadro internacional, capazes de fazer vacilar as almas mais “vulneráveis”. No dealbar da 1.^a Guerra Mundial (1914-1918), apesar dos periódicos de então divulgarem fotografias explorando o tema da despedida dos militares para a frente de combate, como modo de comover os(as) seus(suas) leitores(as) - mães abraçando filhos, jovens amantes beijando-se –, não deixou de haver nas suas páginas espaço para dar eco à violência infringida às sufragistas além Pirenéus. *O Século* edita, a 14 de março de 1914, a notícia “Mulheres do Diabo!”, relatando o episódio ocorrido dois dias antes na zona industrial escocesa de Glasgow:

Mistress Pankhurst foi aqui presa quando estava fazendo uma conferência. A prisão deu origem a violentos tumultos entre as sufragistas e a polícia, que foi provocada e atacada à bengalada, sendo-lhe também arremessados vasos com flores e algumas bombas.

Os agentes, armados de bastão tomaram de assalto a tribuna, que estava defendida por fios de ferro ocultos sob grinaldas de flores. A desordem foi então medonha e nela ficaram feridos muitos guardas.

A prisioneira foi içada à força para uma carruagem e conduzida ao posto de polícia. As sufragistas foram ainda atacar o posto, mas interveio a polícia a cavalo, que finalmente as dispersou³⁸.

Contraste ainda mais assinalável se atendermos ao facto da perpetuação do estereótipo da mulher enquanto objeto de culto estético. Leiam-se as palavras registadas no mesmo periódico na semana anterior:

O primeiro dever de uma mulher é ser bela!

Minha senhora: cumpra o seu dever! Se a sua fisionomia é simplesmente agradável, torne-se linda! Se é gentil, torne-se sedutora! Se é muito formosa, torne-se estonteante!

Nunca se é bela de mais!

A Água dos Montes Albanos aumenta a beleza. Faz a pele acetinada e dá-lhe o brilho e a frescura da juventude. Dissimula as rugas precoces e preserva a pele da acção do sol e do vento. Para o cieiro nada há que seja igual. Compre um frasco para experiência na Camisaria Confiança ou na Drograria Quintans ou na Farmácia Normal ou em qualquer outra casa de confiança. Custa 600 réis cada vidro. Fique certa que nos há-de agradecer o conselho. (220, rua da Prata)³⁹.

Este ícone de mulher glamourosa e sedutora e o da vítima, abandonada e sofredora coexistem, revelando em nosso entender o impasse sofrido pelo Feminismo, que no advento da República tinha dado o seu passo em frente⁴⁰.

Tomando como referência outro periódico, *A República*, publicação dirigida pelo médico Artur Leitão, notamos que a rubrica “A Tribuna Feminina” serve claramente o propósito de “amplificador” da voz feminina. Ao longo da sua existência, os perfis femininos nela esboçados, de entre os quais salientamos os das médicas Sofia Quintino e Adelaide Cabete, acompanham o retrato de “mulheres-modelo” proposto pelo ideário feminista, visando fazer vingar o livre-pensamento, corporizado pela primeira, e o socialismo republicano, consubstanciado na segunda. O valor social da mulher promovido no seio do periodismo republicano no sentido em que a posição que ocupam profissional e socialmente as médicas foi conquistada por mérito e trabalho e permite conjugar a um só tempo nuances das suas singularidades, expressas nas opções políticas por elas exibidas. E não será, porventura despiciendo lembrar que ambas abraçaram o projeto maçónico, e que Sofia Quintino viria a formar o primeiro grupo de enfermeiras para servirem a Cruzadas das Mulheres Portuguesas, cumprindo um desiderato senão maçónico, pelo menos para-maçónico, visando descristianizar a atividade ligada aos cuidados com enfermos. Seguem-se outros perfis retratando de igual modo as figuras femininas que, à época, sobressaíam, elevando ao expoente máximo as qualidades das biografadas, fosse no conciliar dos atributos morais e de caráter, aos de habilitações académicas e/ou profissionais, exaltando as virtudes de mães, mulheres, esposas e companheiras. Invariavelmente também o espaço ocupado na imprensa pelas mulheres, servia o propósito de estimular e convocar para a batalha pela emancipação de outras irmãs. Neste aspeto não podemos deixar de lembrar o papel dos boletins e dos órgãos de propaganda de instituições de que estas figuras femininas eram membro. Como correlato dirigem boletins, revistas e jornais⁴¹.

Se notámos a profícua atividade feminina acompanhando o exponencial crescimento da imprensa ao longo de Oitocentos, importa agora precisar as fronteiras aí encontradas. Publicações de caráter generalista como *A mulher e a criança*⁴² (1909-1911), *A madrugada*⁴³ (1911-1918), *A mulher portuguesa* (1912-1913)⁴⁴, *A Semeadora*⁴⁵ (1915-1918), *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*⁴⁶ (1914-1916), *Alma Feminina*⁴⁷ (1916-1946) e *Mulher*⁴⁸ (1946-1947) veem chegar o seu fim antes de 1920, à exceção de *Alma Feminina*, ressentindo-se o efeito inúmeros fatores que chamamos agora à colação. Assim, *A Madrugada* cessa quando a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas revela a sua quase inatividade, acusando, entre outros, o peso das dissensões que desde há muito se manifestavam e que assumirão o seu epílogo com o efeito da entrada de Portugal na guerra. Por outro lado, *A Semeadora* cessa com o fim da Associação de Propaganda Feminista. A estes factos não será alheio, até com razão de força maior, o afastamento de Ana de Castro Osório de iniciadora e dirigente das principais publicações acima referidas, para se dedicar à Cruzada das Mulheres Portuguesas e ao boletim da mesma. Enquanto aqueles órgãos oficiais de associações de mulheres vão sofrer, conseqüentemente, as vicissitudes porque passam essas mesmas organizações, a *Alma Feminina* vai perdurar, atravessando a Ditadura Militar e década e meia de Estado Novo. Razões que se prendem com a natureza e a dinâmica intrínsecas ao CNMP terão contribuído para a duradoura existência do seu periódico, apesar das irregularidades verificadas na sua edição, espelhando as dificuldades enfrentadas por esta organização feminista. Sendo certo que a ligação internacional mantida com o *International Council of Women* e o vínculo às *irmãs ibéricas*, a par do envolvimento de jovens mulheres, muitas delas universitárias, como Elina Guimarães, suportaram o peso dos sucessivos embates sofridos⁴⁹.

Serviram estas considerações de moldura, a fim de esboçar, no que à imprensa dizia respeito, os percursos da participação feminina, atendendo às conquistas e derrotas vividas pelas mulheres na 1.ª República. Cumpre, então, sistematizando, identificar como conquistas a assunção da relevância da presença da escrita e intervenção das mulheres, quer ao nível nacional, quer regional, as quais foram percecionadas, quiçá pela primeira vez, pelos (as) protagonistas da «Ideia Nova». Assim, no dealbar da República acentua-se o movimento ascendente qualitativa e quantitativamente de promoção e integração das mulheres, quer como publicistas quer como tema de notícia, no periodismo português. Releve-se a expressão mais significativa de pendor político, tão dada à instrumentalização de que as mulheres foram alvo, refletida nas vezes em que subiram à primeira pági-

na dos jornais. Lembrando, as secções criadas pelos principais periódicos, analisadas no ponto anterior, e dirigidas por mulheres constata-se que os assuntos em destaque radicam na ideia de emancipação da condição feminina e, consequentemente, do reconhecimento da igualdade social da mulher.

Contudo, os jornais nacionais e, ainda, os que suportam essas mesmas rubricas ou colunas dirigidas ao feminino, manifestam uma seleção cuidada das notícias de primeira página, reconhecendo não ser alheio à sua escolha o fator merecimento do interesse do público. Fixemos o nosso olhar na mediatização de alguns temas suscitando honras de primeira página, cujo exemplo mais veemente é o sufrágio, ou melhor, o voto de Carolina Beatriz Ângelo, em 28 de maio de 1911⁵⁰, que galvaniza toda a imprensa durante um considerável período. Com maior ou menor peso, este ato assume preponderância notável, dado repercutir-se nacional e internacionalmente e marcar indefetivamente a história do sufragismo mundial.

Contudo, não podemos ignorar que o voto das mulheres se perfilava no horizonte da agenda política, repercutindo-se nas publicações entretanto criadas para sedimentar a República. Logo no primeiro ano da sua existência, *A República Portuguesa: Diário republicano radical da manhã* insere na primeira página, com destaque de editorial, “O voto das mulheres”, assinado por Luís Cardim. Aí se reconhecia que

se as mulheres querem conquistar o direito do voto, o primeiro passo para o fazerem será o promoverem intensamente o estudo e a discussão por agremiações e organismos seus, falando bem alto, e com superior orientação, sobre os problemas públicos, e muito especialmente os seus e da família.

No dia em que um grupo forte de mulheres de qualquer país se tiver imposto à opinião, irrefragavelmente, pelo seu valor intelectual e prático, nesse mesmo dia, elas terão sido admitidas ao governo social. **A opinião, essa consciência comum, não é um mito, é uma grande força.**⁵¹

Servem estes casos, a título ilustrativo, para demonstrar a necessidade em pesquisar sistemática e paulatinamente a imprensa diária nacional e a regional, para que a história das mulheres se faça alicerçada em fontes diversificadas que permitam coligar dados históricos que venham corroborar, ou não, perspectivas já enunciadas, autorizando leituras plurais e teorizações críticas. Cem anos volvidos, este tipo de fontes, tantas vezes descurado, deverá permitir uma leitura mais desapassionada e contextualizada.

De tal maneira é significativa a sua divulgação entre pares, que é possível seguir a vida editorial feminina através dos anúncios que dela se publicam. Notícia-se em *A Capital*, em 22 de julho de 1910, a propósito do *Jornal das Senhoras*: “Acha-se publicado o n.º 2 desta luxuosa revista [...]. Além de tratar largamente do ensino, da fotominiatura, insere dois magníficos retratos, o da senhora condessa de Sabugosa e o do sr. Júlio Dantas, e ainda outras gravuras por igual interessantes, bem como magnífica colaboração literária. O «Jornal das Senhoras» assina-se na Papelaria «Au Petit Peintre» da Rua de S. Nicolau 105”. E, posteriormente, a 30 de maio de 1911, encontramos divulgado *O Jornal da Mulher*, “saiu hoje o número 19 do 2.º ano, desta bela revista quinzenal, superiormente dirigida pela sra. D. Albertina Paraízo. Vem, como todos os números precedentes, deveras interessante e com variada colaboração”. Também a este propósito se evidencia a premência do recurso à imprensa generalista.

Por outro lado, cumpre assinalar o manancial substantivo de informação sobre a dinâmica das organizações que se vão sucedendo, na sequência da implantação do regime republicano. É pelo *Diário de Notícias* de 9 de setembro de 1913 que conhecemos a missiva da Associação de Propaganda Feminista, assinada dois dias antes pela vice-presidente Antónia Bermudes, segundo a qual se pretende demarcar da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, então presidida por Maria Veleda, e esclarecer a opinião pública acerca da natureza da organização, liderada por Ana de Castro Osório. Deste modo, afirma-se aí:

Constando à comissão administrativa da Associação de Propaganda Feminista que há pessoas que confundem, ou procuram confundir, esta organização com a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, a mesma comissão torna pública a independência destas duas colectividades, declarando que nada tem uma com a outra e nem sequer dos seus corpos gerentes fazem parte sócias comuns às duas.

Para, de seguida, se passar a dar conta da especificidade da natureza da APF, reconhecendo

como os seus estatutos ordenam e a sua filiação obriga, tem por principal missão o levantamento moral e intelectual das mulheres, sendo para melhor dizer um ramo da «Aliança Internacional», cuja presidente é Madame Chapman Catt, e a sua sede central é em New York (Estados Unidos) donde dimanam as principais deliberações como sendo de uma organização internacional como é a nossa.

E, por último, não deixa de revelar como seu projeto “o lançamento da criação da 1.^a escola Menagére, destinada exclusivamente às classes operárias saiu da Associação de Propaganda Feminista por proposta duma das suas sócias em conformidade com o n.º 2 do artigo 2.º da sua lei estatutária e não «à ladiable» por insuflação desta ou daquela colectividade”. Ainda em 1913 é através de *O Século* que tomamos conhecimento que Regina Quintanilha aparece pela primeira vez a defender duas mulheres. É a este propósito referido, acompanhando a foto, que “o feminismo triunfou ontem na Boa-Hora, com o debate de uma advogada na sala do primeiro distrito criminal”⁵², realçando-se ainda que a jovem de vinte anos havia obtido uma autorização especial para exercer a advocacia nos nossos tribunais, pois lhe faltava a cadeira de Medicina Legal para concluir o seu curso.

Da existência de algumas espécies da imprensa feminina, literária e afins, tal como de muitas das atividades de organizações femininas/feministas ou de percursos profissionais pioneiros de mulheres, só se encontra rasto perscrutando num quadro mais vasto de análise, reportando-nos à imprensa local e nacional. Ainda assim, permitimo-nos concluir que tal como à mudança política não sucede imediatamente a alteração social, se bem que as mulheres tenham escrito no advento e durante a 1.^a República “agarrando mão de tudo”, também, correspondendo a uma estratégia deliberada e expressa por um vanguardista sonho de República, os textos das e sobre as mulheres não aumentaram em número e qualidade numa progressão regular, tendo-se ao invés quedado pela imaterialidade, nas mais das vezes, até à atualidade.

Naturalmente depreendemos terem sido contrariadas as venturas das feministas em percursos pioneiros, sobretudo nos periódicos mais conservadores. Assim, a propósito do 1.º Congresso Feminista e da Educação, o *Novidades* observa:

a sociedade feminina portuguesa atravessa, desde há poucos anos, uma profunda crise de transformação que carece de ser orientada com conhecimento de causa, para que não venha a resolver-se com funestos resultados para a causa da moralidade social e para uma maior decadência da moralidade familiar. Às antigas meninas piedosas, e românticas, começam a suceder as meninas independentes e sabichonas.⁵³

Recue-se a agosto de 1887 onde Narcisa Amália no periódico portuense *A Vida Moderna* publica, na primeira página, “A emancipação da mulher”, artigo de opinião, em lugar de destaque ocupado em geral pelo atual editorial, afirmando:

Nem todas as mulheres emancipadas desejaram ser médicas ou advogadas. Haverá trabalho para cada mulher, trabalho relativo à cultura do seu espírito e ao meio social a que pertencer. Na medida dos seus recursos intelectuais ou de sua força física, a esposa será o dedicado auxiliar de seu marido, como o é em todo o comércio francês, desde que se observou a sua singular aptidão para a contabilidade mercantil. A viúva encontrará assim, em uma profissão decente, os meios de manter o educar seus filhos, sem ser pesada à sociedade, recorrendo à filantropia dos seus concidadãos.

Se nos reportarmos à data em que as duas últimas citações foram produzidas e, mais do que isso, difundidas, em periódicos de significativa cobertura não deixaremos de notar que uma leitura unicamente cronológica sustentaria uma perspectiva evolucionista da condição feminina. Contrariamente, reforça-se a ideia de um processo mais complexo categorizável no limite pela expressão “passo em frente, impasse adiante”, revelando que nem sempre sucede a uma conquista social feminina o avanço expectável. A metáfora “solução” parece ajustar-se aos entres impulsioneiros de autênticos recuos.

Concluindo

Considerámos fundamental privilegiar a imprensa generalista, dado ser esta que, em nosso entender, efetiva a participação da mulher num espaço consagrado ao grande público. Partilhando a convicção de Luís Costa Dias no tocante à imprensa e à transformação do espaço público no último quartel do século XIX e primeiro quartel do século XX, ao afirmar:

Num contexto de mobilidade social ao nível do público culto ou com acesso aos meios de difusão da cultura, ainda essencialmente literários e à escala dos meios urbanos, entrou em crise a noção romântico-liberal do **homem de letras**, inicialmente designado por **escritor público** numa acepção mais próxima do conceito iluminista, em seguida generalizado na figura instalada do **publicista** (Dias 2007:309)

Ao abrir as suas portas à presença feminina, as publicações granjearam-lhe uma janela de oportunidades, permitindo-lhe reapropriar-se do poder que advém de passar de leitora a *construtora da notícia* e *fazedora de opinião*. E, também, ao

aceder à imprensa regionalista, a mulher assume contornos de liderança local, ganhando para ela protagonismo/reconhecimento social e trazendo para o debate público, assuntos do Feminino. Disso são exemplo, para o primeiro caso, as palavras escritas por Ana de Castro Osório na primeira página de *A Capital*, dois meses passados da implantação do regime republicano:

Há necessidade de não esmorecer na propaganda, é por isso mesmo que se pretende negar a existência, em Portugal, do problema feminista.

A conquista dos nossos direitos há-de ser a conquista dia a dia realizada, à custa da nossa propaganda, à força de justiça nas nossas reclamações, de energia, de persistência, até de desesperos e de lágrimas de revolta.

[...]

A República portuguesa deve-nos o cumprimento das promessas solenemente feitas na hora da luta.

Se as não cumprir, a nossa voz não será abalada, nem pelo gargalhar de zombaria, nem esmorecera com o desprezo dos homens⁵⁴.

Não obstante, a *imaterialidade do sonho de República* acabará por vingar deixando, senão um vazio, uma latência cuja letargia será fatal para as aspirações mais imediatas das feministas em Portugal. A possibilidade do voto expresso por Carolina Beatriz Ângelo desvanecer-se-ia numa virtualidade extensível por mais de duas décadas e, paradoxalmente, será o regime contrário aos ideais demoliberais a conceder o voto, ainda que restrito, às portuguesas, as quais somente após a Revolução de abril de 1974 conquistarão o pleno direito ao exercício de voto.

Transcendendo o limite do episódico, a questão do sufrágio acarretou danos no seio do movimento feminista nacional já de si fragilizado por um crescente antifeminismo. Também encontramos mulheres como as médicas Domitila de Carvalho e Sofia Quintino associando-se a um dos grupos de apoio aos militares e familiares destes, aquando da entrada de Portugal na I Grande Guerra, a Cruzada das Mulheres Portuguesas. A seu lado encontravam-se Elzira Dantas Machado e Ana de Castro Osório, respetivas primeira e segunda presidentes. E, se o feminismo, na linha do pacifismo, foi o *melting pot* capaz de neutralizar as clivagens existentes, permitindo a coexistência, na militância, de mulheres com diferentes sensibilidades, no dealbar da República, a guerra de 1914-1918 seria, aliás, o começo de toda uma outra história. Curiosamente, ficar-se-lhe-á a dever a reunião de

sensibilidades tão diferentes, quanto a republicana e a monárquica, à qual assistíamos somente no advento da República: águas do mesmo caudal, correntes separadas por convicções distintas.

Porém, é assinalável na guerra como na paz, ser na imprensa que as mulheres passam de *figurantes* a *protagonistas*. A imprensa é, pois, a massa onde elas fazem levedar a propaganda em prol da militância feminina, resultando clara a afirmação de Ana de Castro Osório:

E se escolhemos esta forma de propaganda é porque ela nos parece mais duradoira, mais precisa e mais útil. Um livro, e mais ainda um folheto, é como a granada saída da bomba do canhão, que se estilhaça, no ar e ninguém ao certo saberá dizer o que irá fazer, as pessoas que irá ferir, ou as coisas que na sua inconsciência de força impulsionada irá despedaçar. Assim o livro vai: espalha ideias ao acaso, cai hoje nas mãos de um que o estima, amanhã nas de outro que o odeia, desperta uma consciência adormecida, leva a luz a uma alma que vivia na escuridão, é uma voz que nunca se pode calar, é um documento que está sempre pronto para a consulta. (Osório 1908:7)

Lendo-a, é como se a ouvisse dizer: abro guerra contra as muralhas da ignorância, pela igualdade e pelo feminino.

Referências:

- Barreto, A. & Mónica, F. (1982). *Retratos da Lisboa Popular, 1900*. Lisboa: Editorial Presença.
- Castro, Z. O. (2009). A mulher no espelho da imprensa (século XIX). In C. Cordeiro & S. S. Silva (Coord.). *A história da imprensa e a imprensa na História: o contributo dos Açores / Colóquio Internacional "A História da Imprensa na História"*, 2009 (pp. 37-54). Ponta Delgada: Universidade dos Açores / Centro de Estudos Gaspar Frutuoso.
- Dias, L. C. (2007). O papel do impresso. A imprensa e a transformação do espaço público em Portugal (último quartel do século XIX – primeiro quartel do século XX). In *Estudos do Século XX* (p.309.). Coimbra.
- Dias, L.C. (2010). Os «reporters» de imprensa na entrada da era mediática. In *1910. O Ano da República* (p. 248). Lisboa: BNP.
- Leal, I. (1982). Um século de periódicos femininos – inventário de periódicos publicados entre 1807 e 1926. In *Boletim da Comissão da Condição Feminina* (9-18). Lisboa.

- Lopes, A. M. C. (2005). *Imagens da Mulher na imprensa feminina de oitocentos. Percursos de modernidade*. Lisboa: Quimera.
- Manso, I. (1924) *A mulher na administração dos municípios*. Lisboa: Tip. Garrett.
- Osório, A. C. (1908). *A Educação Cívica da Mulher*. Lisboa: Typographia Liberty.
- Osório, A. C. (1915). *A Mulher na agricultura, nas indústrias regionais e na administração municipal*. Lisboa: Casa Editora Para as Crianças.
- Santos, B. S. (1987). *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento.

Notas

- ¹ Cfr: O romance de Maria Teresa Horta, os estudos de Teresa Almeida e Vanda Anastácio. Desta última, veja-se o perfil recuperado em 11, outubro, 2012, de http://www.womenwriters.nl/index.php/D._Leonor_de_Almeida_Portugal
- ² V. Ana Alice Costa, *Gênero, poder e empoderamento das mulheres*. Recuperado em 11, outubro, 2012 de http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf
- ³ (1907) Vanguarda, 17 de março, 1.
- ⁴ Ideia desenvolvida na intervenção que preparei em resposta ao convite da CNCCR para integrar o grupo que, em Évora, participava na tertúlia *As mulheres e a República*, realizada a 15 de abril de 2010, com o título “Elas de mãos postas na massa e de olhos fitos no horizonte”.
- ⁵ Chegando a ser assumida como título, veja-se o caso de *A mulher e a criança*, órgão da LRMP, fundado em 1909.
- ⁶ A que segue *O Toucador*: periódico sem política dedicado às senhoras portuguesas, em 1822, dirigido por Almeida Garrett e Luís Francisco Midosi. Veja-se, ainda: Rodrigues, E. (1998). Jornalismo feminino. In *Mágico Folhetim, Literatura e Jornalismo em Portugal*. (pp. 160-169) Lisboa: Editorial Notícias.
- ⁷ A publicação vai estar ativa até 1851.
- ⁸ Designação pela qual se tornou conhecido.
- ⁹ Silva, R. T. (1999). *A Mulher: bibliografia portuguesa anotada*. Monografias, 1518-1998. Lisboa: Cosmos.
- ¹⁰ Guimarães, E. (1941). Um precursor feminista. *Alma Feminina*, 7, 1. Ver também Leal, I. (1999). *Cristina de Pisano e todo o universo de mulheres*. CCF, 52, Lisboa: CIDM/PCM.
- ¹¹ Entre outros, veja-se: Fiadeiro, Maria Antónia (2000). As feministas portuguesas, ‘sobretudo’ jornalistas. In *Portugal 1900*. (pp. 51-73) Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ¹² Usando uma expressão de Ivone Leal, *Op. Cit.*, p. 10.
- ¹³ Refere a convicção partilhada por mulheres e homens de que o exercício pleno dos direitos das(os) cidadãs(ãos) e o progresso do país alcançar-se-iam deposta a monarquia e instaurado o regime republicano.
- ¹⁴ Considerada aqui na sua expressão diurna e preterindo *Lilith*, o seu lado mais obscuro.
- ¹⁵ Lembramos que já antes, Magalhães Lima convidara Alice Pestana, para presidir à Liga Portuguesa da Paz, fundada em 1899. Se bem que neste caso não se trate de uma organização especificamente feminina, registe-se a precocidade no reconhecimento por parte de seus pares e a antecipação em colocar uma mulher na direção, por um lado; por outro, a existência de uma secção feminina, fun-

dada na sessão havida na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 18 de maio de 1906, e secretariada pela médica Emília Patacho.

¹⁶ (1910) *A Capital*, 8 de dezembro de 1910 (160), 1. (**Bold nosso**)

¹⁷ 28, 29 e 30 de outubro de 1915.

¹⁸ Editado posteriormente pela Casa Editora para as Crianças e distribuído gratuitamente.

¹⁹ Assinada em Cabaços, dezembro de 1923. Esse lugar pertence ao concelho de Alvaiázere, distrito de Leiria

²⁰ 15 de junho de 1916, p. 4.

²¹ Registe-se ainda a disputa relativa à greve das conserveiras ocorrida em Setúbal em fevereiro de 1911 e na sequência da qual morre Mariana Torres. As posições defendidas por Ana de Castro Osório são designadas por Ana Barradas como manifestação do feminismo antioperário (*Revista História*, n.º 11, 1999, pp. 48-55).

²² Inicia-se em *A Republica*, em 1 de junho de 1908, com indicação de assegurar diariamente o tratamento de temas relativos à educação e emancipação da mulher, educação das crianças, movimento feminista em Portugal e no estrangeiro, e outros relacionados com o título.

²³ Onde a nova distribuição da mancha do jornal, dirigido por Magalhães Lima, revela uma evolução estrutural, honrando na primeira página a coluna “Galeria Feminina”, remetendo para rodapé o folhetim. Atenda-se à precocidade com que o faz a *Vanguarda*, em 1907.

²⁴ Dirigida por Alice Pestana integrado em *Vanguarda*.

²⁵ Maria Clara Correia Alves dá honras a esta coluna do *Comércio do Porto*. Veja-se o ano de 1921.

²⁶ Cfr: Michelle Perrot, no entendimento da expressão de mão de obra trabalhadora feminina, no caso francês, para o qual encontramos agora correspondência no contexto português. Uma leitura mais abarcante permitirá observar não estar Portugal aquém da realidade europeia.

²⁷ Recentemente, 2012, foi publicado um estudo de Maria Augusta Seixas, *As operárias de Alcântara e as suas lutas antes e durante a I República*, em que o assunto é abordado.

²⁸ V. Lúcio, J., *A Pobreza em Lisboa na I República*, (pp. 10-11). Recuperado em 11, outubro, 2012 de http://www.academia.edu/466837/A_Pobreza_em_Lisboa_na_I_Republica

²⁹ (1900). *A Crónica*, abril (2), 1.

³⁰ *O Elvense*, 9 de maio de 1901, p. 1, publicado novamente em 20 de outubro do mesmo ano.

³¹ A este propósito veja-se: Lousada, I. & Góis, M. (2010). A Associação do Registo Civil. In AAVV, Roteiros feministas da cidade de Lisboa pp. 48-50. Lisboa: CML.

³² Conceito amplamente trabalhado na comunicação “Pares da República”, apresentada no Ciclo de conferências “Percursos, conquistas e derrotas das mulheres na 1.ª República”, promovido por Faces de Eva- Cesnova - UNL/BMRR-CML, na BMRR, 6 de novembro de 2010.

³³ Curiosamente será a única feminista a passar para a História conhecida por um pseudónimo, Maria Veleda, e não pelo seu nome de registo, Maria Carolina Frederico Crispim.

³⁴ (1900). *A Crónica*, maio (8), 1.

³⁵ (1900). *A Crónica*, abril (3), 1.

³⁶ Vejam-se a este propósito os trabalhos de Michelle Perrot, Françoise Thébaud ou, mais recentemente, sobre a emergência da autoria feminina na literatura, Anna Klobucka.

³⁷ Não obstante o relevo que merecem os estudos realizados até ao momento, realce-se o trabalho das historiadoras Anne Cova e Rosa Ballesteros que tem contribuído inequivocamente para um maior conhecimento e divulgação internacional da História das mulheres portuguesas.

³⁸ (1914). *O Século*, março.

³⁹ (1914). *O Século*, março, 8.

- ⁴⁰ Ideia explorada na comunicação “Feminismo: o passo em frente e o impasse adiante”, apresentada ao *Seminário A República: lutas e movimentos de mulheres*, realizado na Baixa da Banheira – Moita, em 9 de outubro de 2010, e promovido pelo Movimento Democrático das Mulheres e Câmara Municipal da Moita.
- ⁴¹ Veja-se: Lousada, I. (2010). Imprensa: amplificador da voz feminina. In Teresa Pinto (coord.). *Percursos, conquistas e derrotas das mulheres na 1.ª República* (pp. 43-46). Lisboa: CML, GTCMCR-BMRR.
- ⁴² Órgão da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, de periodicidade mensal, tendo sofrido uma mudança nos corpos diretivos em 1910, deixando de ser Ana de Castro Osório a diretora para lhe suceder Maria Veleda.
- ⁴³ Órgão da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, de periodicidade mensal, tendo sofrido uma mudança nos corpos diretivos em 1915, dando Maria Veleda (por abandono da associação) o lugar a Angélica Porto.
- ⁴⁴ Órgão da Associação de Propaganda Feminista, com o subtítulo “Revista mensal educativa” e dirigida por Ana de Castro Osório.
- ⁴⁵ Órgão da Associação de Propaganda Feminista, dirigido por Ana de Castro Osório.
- ⁴⁶ Publicação trimestral dirigida por Maria Clara Correia Alves.
- ⁴⁷ Continua o *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, designação que assume como subtítulo, mantendo a mesma diretora e passa de trimestral a mensal. Sofreu mudança de direção em 1920 (Adelaide Cabete), 1929 (Elina Guimarães), 1931 (Noéma Ferreira) e 1934 (Sara Beirão).
- ⁴⁸ Publicação que vem continuar a *Alma Feminina* e cujo primeiro número é editado em dezembro de 1946 mantendo-se ativa até ao encerramento do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas.
- ⁴⁹ Ideia explorada no texto: Lousada, I. (2010). *Adelaide Cabete (1867-1935)*. Lisboa: Fio de Ariana, CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- ⁵⁰ V. Lousada, I. (2012) Carolina: Por entre os itinerários da Memória e da Ciência. In *Gaudium Sciendi*, revista da Sociedade Científica da Universidade Católica (pp. 108-117). Lisboa: Universidade Católica. <http://www.ucp.pt/site/resources/documents/SCUCP/GaudiumSciendi/GaudiumSciendi>
- ⁵¹ (1911). *A República Portuguesa*, abril, 1. (**Bold nosso**)
- ⁵² (1913). *O Século*. novembro, 2.
- ⁵³ (1924). *Novidades*, 8 maio de 1924.
- ⁵⁴ (1910). *A Capita*. dezembro, 1.